INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO – CAMPUS COLATINA CURSO SUPERIOR DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

**CEZAR SOARES VELLOSO JUNIOR**

**DOAR: UM SISTEMA PARA FACILITAR A DOAÇÃO PARA AS ONGS DE COLATINA**

COLATINA

2016

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO – CAMPUS COLATINA CURSO SUPERIOR DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

**CEZAR SOARES VELLOSO JUNIOR**

**DOAR: UM SISTEMA PARA FACILITAR A DOAÇÃO PARA AS ONGS DE COLATINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenadoria de Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Campus Colatina, como requisito parcial para a obtenção do título de Graduação em Sistemas de Informação.

Orientador: Prof. M.Sc Vanderson José Ildefonso Silva

COLATINA

2016

**Sumário**

[Projeto](#_gjdgxs)

[Introdução e Justificativa](#_1fob9te)

[Referencial Teórico](#_3znysh7)

[3.1 A Importância das Ongs](#_2et92p0)

[A sustentabilidade das Ongs](#_tyjcwt)

[3.3 Os sistemas de doações](#_3dy6vkm)

[Referências](#_1t3h5sf)

[](#_Toc454533969)

# PROJETO

* **Problema Real**: Dificuldade na identificação das necessidades das ongs de Colatina.
* **Problema Científico**: Como facilitar a identificação das necessidades de ongs de Colatina?
* **Hipótese**: Se implementarmos um sistema web/aplicativo nas ongs de Colatina, então facilitamos a identificação das necessidades dessas ongs.
* **Variável Independente**: Implementação de um sistema web/aplicativo.
* **Variável Dependente**: Facilitação da identificação das necessidades das ongs de Colatina.
* **Objetivo**: Facilitar a identificação das necessidades das ongs de Colatina.

# INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

As ONGs representam, atualmente, um papel fundamental na política brasileira. Fazendo parte do Terceiro Setor[[1]](#footnote-0) elas representam os mais diversos interesses da sociedade. A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG (1991), define em seu estatuto, no art. 2, uma ONG como:

“Para efeito do disposto neste estatuto, são consideradas Organizações Não Governamentais-ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação ou associação, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos.”

No caso brasileiro, a despeito das objeções ao termo, o fato é que já na primeira metade dos anos 80 as organizações não-governamentais, ou ONGs, ou “ongues”, haviam se tornado “uma realidade sociológica” e se destacavam entre as experiências organizativas e participativas da sociedade civil (Fernandes apud Ramos, 2004).

A importância das ONGs cresceram desde então, tanto em influência, quanto em quantidade, sendo que em 2010 o IBGE realizou uma pesquisa que resultou em um total de 290.692 Fundações Privadas e Organizações Sem Fins Lucrativos (Fasfil). Sendo que, voltadas, predominantemente, à religião (28,5%), associações patronais e profissionais (15,5%) e ao desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%). As áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (políticas governamentais) totalizavam 54,1 mil entidades (18,6%) (Abong, 2012).

Nesse contexto, as ONGs passaram a assumir diversas causas sociais, principalmente quando relacionadas a defesa de direitos, saúde, educação, pesquisa e assistência social.

Porém, uma ONG utiliza de diversos recursos para se manter, já que a mesma não possui fins lucrativos. Cruz (2005, p. 157) ressalta que para poder dar continuidade ao trabalho realizado e se destacar pela qualidade de suas realizações, as ONGs precisam ter um equilíbrio financeiro que lhes permitam manter a confiança da comunidade na execução de seus serviços.

Entretanto, o financiamento de ONGs se diferencia das demais organizações pela ausência de um sistema semelhante ao do comércio, que é a relação empresa-cliente, onde se paga por serviço ou produto, tão pouco é como o governo e a relação estado-contribuinte, onde se paga uma carga tributária e se obtém serviços públicos. Como afirma Tude (2007, p. 48):

“Diferentemente das empresas e cooperativas, as ONGs não possuem estrutura e finalidade de produção de bens voltados para o comércio; não podem cobrar impostos ou taxas da população, como o Estado; não administram grandes somas financeiras como as fundações; não cobram taxas sindicais; e não recebem “dízimo” nem grandes doações individuais como as Igrejas.”

Ou seja, para as ONGs, a independência financeira é a mais complicada e constante ameaça, justamente porque a maioria das ONGs sobrevive de doações. Observa-se, deste modo, o perigo que as ONGs correm de perderem sua autonomia devido à influência de seus financiadores. (Trevisol apud Tude, 2007, p. 48).

E esse grau de influência pode aumentar dependendo do quão poderoso é seu financiador. Isso pode ameaçar fortemente a legitimidade da organização. Silva (2004, p.44) diz que o cenário possivelmente mais pessimista mostra uma organização financiada transformada em uma ‘filial’ da financiadora, passando a ser nada mais que uma executora das diretrizes do poder econômico.

Dentre esse cenário, em que se encontra os métodos para captação de doações das ONGs, se faz necessário a criação de um método para que mais pessoas pudessem estar cientes sobre quais seriam as ONGs em sua região, sobre a missão com que trabalham e o tipo de doação que necessitam no momento. Além da necessidade de uma forma fácil de estar doando. Assim, ajudaria as ONGs a se manter e tornaria o cenário, onde uma ONG é controlada devido a sua dependência financeira, menos recorrente, uma vez que a captação de recursos seria de diversas fontes.

Atualmente, há diversos sites que divulgam as ONGs existentes, sendo em nível internacional, nacional, estadual e municipal. Dentre eles temos como principais:

* Abong - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - <http://www.abong.org.br/>;
* Ongs Brasil - <http://www.ongsbrasil.com.br/>;
* ONU - Organização das Nações Unidas - <http://www.onu.org.br/>;
* Instituto Doar - <http://www.institutodoar.org/>;

Tais entidades divulgam os mais diversos trabalhos realizados por ONGs e todas possuem um site. Porém esse trabalho poderia ser melhor divulgado se houvesse também um canal de comunicação por meio de dispositivos móveis. Fazendo uma rápida pesquisa no Google Play, um dos maiores repositórios de aplicativos para Android no mundo, percebe-se que praticamente não existem softwares destinados a divulgação dos trabalhos das ONGs e nem para captação de recursos que as mesmas necessitam.

A eficiência de um canal de comunicação na internet é mais efetiva quando há disponibilidade do conteúdo em dispositivos móveis. A GlobalWebIndex, uma empresa, especializada em estudos relacionados a internet e tecnologia, disponibilizou uma pesquisa sobre o uso de dispositivos móveis, realizada com mais de 40 mil usuários de internet, que utilizam tanto smartphones, quanto tablets, do mundo todo. A pesquisa revelou que 80% dos entrevistado têm smartphone, 47% possuem tablets (INDEX, 2015). Demonstrando um resultado expressivo e favorável para disponibilização de aplicativos que facilitem o acesso às necessidades das ONGs.

A princípio esse trabalho pretende apresentar uma solução para ajudar as ONGs a divulgarem melhor os trabalhos que realizam e quais doações necessitam mais no momento. Com um aplicativo disponível para tal fim, elas poderão chegar a população com mais facilidade, o que tornará a captação de financiamento ou materiais mais eficiente.

# REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, serão apresentados: a importância das Ongs, a sustentabilidade das Ongs, os sistemas de doações e tecnologias web e móveis.

## 3.1 A Importância das Ongs

Não há um consenso acerca de uma definição do que é uma ONG no Brasil e no mundo. Diante das diferenciadas organizações que se reconhecem como tal, tornou‐se difícil para os autores da área estabelecer um conceito amplo o suficiente para englobar essas diversas organizações.

Além do conceito baseado na natureza de suas atividades e a característica, no que diz respeito ao aspecto jurídico, de que exercem atividade sem fins lucrativos e são registradas em cartório como pessoa jurídica, Machado (2009, p. 3487) destaca a definição formulada pela Comissão Sobre Governança Global (1996), que diz:

“As ONGs constituem um grupo diverso e multifacetado. Suas perspectivas e suas áreas de atuação podem ser locais, regionais ou globais. Algumas se dedicam a determinadas questões ou tarefas; outras são movidas pela ideologia. Algumas visam ao interesse público em geral; outras têm uma perspectiva mais estreita e particular. Tanto podem ser pequenas entidades comunitárias cujas verbas são escassas, como organizações de grande porte, bem dotadas de recursos humanos e financeiros. Algumas atuam individualmente; outras formaram redes para trocar informações e dividir tarefas, bem como ampliar seu impacto.” (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996, p. 192).

Conceito que abrange ainda mais tipos de organizações. Não há a generalização característica, que é a de simplesmente afirmar que são organizações sem fins lucrativos, notoriamente uma simplificação dada a longa trajetória histórica que possuem tais instituições.

Ladim (1993) diz que a expressão ONG (Organização Não‐Governamental), foi criada em meados de 1940 pela ONU (Organização das Nações Unidas), a fim de designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada desenvolvimento de comunidade.

Essa perspectiva de desenvolvimento de comunidade surge na América Latina como  
parte de uma estratégia mais ampla do sistema capitalista, que buscava a superação da pobreza, do atraso e subdesenvolvimento do chamado “Terceiro Mundo” (Machado, 2007, p. 3488).

Haviam muitas políticas desenvolvimentistas[[2]](#footnote-1) eram propugnadas por organismos internacionais como: ONU, OEA, CEPAL, BID, FMI, visando o progresso e a modernização da sociedade, sobretudo pela via do crescimento econômico. Segundo Acioli (2008, p. 2):

“Neste momento o termo era utilizado se referindo às organizações internacionais, que se destacaram a ponto de possuírem direito a uma presença formal na ONU, contudo não representavam governos. Nos anos sessenta, a ONU incentivou o aumento de programas de cooperação internacional, que financiava entidades para ajudar países subdesenvolvidos.”

Isso gerou o surgimento de várias instituições que diferiam dos reais objetivos das ONGs anteriores. Aciloli (2008, p. 3) diz que:

“A emergência das ONGs pode ser considerada dentro de um contexto onde se combinam duas tendências originalmente opostas. Uma destas, com sua matriz no pensamento de esquerda que teve repercussão a partir da década de 60 e culminância em 68. E outra como conseqüência da política neoliberal do “Estado mínimo”. “

Ou seja, como haviam tendências opostas influenciando o crescimento das ONGs, naturalmente iriam surgir organizações com bases e objetivos diferentes entre si. Montãno (2002 apud Machado 2007) ressalta que:

“Contudo, ao contrário dessas ONGs que nascem junto aos movimentos sociais, existem as chamadas associações livres, incentivadas ou criadas pelo conservadorismo liberal, ou seja, determinadas instituições livremente construídas por grupos formais, que são mais do que uma forma de ampliar os poderes populares dos oprimidos e explorados, pois são uma forma de conter as insatisfações destes e pulverizar a participação e lutas sociais, retirando, com isso, o caráter revolucionário e classista destas e transformando‐as em atividades por interesses específicos de pequenos grupos. Assim, se por um lado existem ONGs voltadas ao conservadorismo e à manutenção do status quo, que se integram aos processos de regulação social prestando serviços assistencialistas, por outro, também há ONGs que valorizam as lutas populares e os mecanismos de participação política de populações locais.”

O termo ONG foi, assim, importado das agências de financiamento (ONGs de 1º mundo) que, inicialmente, as denominava de ONGDs (Organizações Não‐Governamentais de Desenvolvimento); mas, para os latino‐americanos tornaram‐se conhecidas como “Centros Populares” e só posteriormente é que o universo dessas organizações se ampliou na América Latina, adotando‐se a expressão ONG (Machado, 2007, p. 3489).

Apesar de todos os movimentos opostos que as ONGs realizavam, elas continuaram a surgir na América Latina buscando contribuir com o desenvolvimento do sistema capitalista por meio do abrandamento das questões sociais advindas deste mesmo sistema.

Com isso, apaziguaram‐se os conflitos sociais e evitavam‐se as manifestações e possíveis avanços no sentido de um modelo alternativo de sociedade, o socialismo (Machado, 2007, p. 3489).

As ONGs começaram a surgir no Brasil nos anos 60 e 70, apesar de que, segundo Machado (2007) é natural encontrar autores como Gohn (2000) que afirma a existência delas como datada da década de 80, pois ainda não tinham um nome como ONGs, porém existiam desde antes.

Também é comum encontrar autores, como Landim (1993), que consideram que de fato já haviam entidades assistenciais e filantrópicas nas décadas de 60 e 70, mas só se auto denominaram organizações não governamentais na década de 80. É apenas uma questão de consideração, nenhum dos autores nega a existência dessas organizações anteriormente. Segundo Machado (2007, p. 3491):

“As ONGs pioneiras deste país surgem, então, no contexto da ditadura militar, período em que já vigorava uma nova estratégia de desenvolvimento latino‐americana, a “Autoritária Modernizante” (1964‐1978), a qual dava continuidade ao crescimento econômico advindo do Nacional Desenvolvimentismo, mas gerava uma profunda repressão política e cultural, excluindo as classes populares e até mesmo as tradicionais autoridades religiosas, como as da Igreja Católica.”

Logo, várias ONGs que surgiram nesse período já tinham uma estrutura financeira muito bem estabelecida, investimento internacional e até apoio de entidades políticas.

As igrejas também iniciaram um processo que alternaria o papel delas na sociedade, retirando delas a função que passariam a ser das ONGs de fato.

Logo surgem ONGs com objetivos não só para com o desenvolvimento comunitário, segundo Landim (1993 apud Machado 2007, p. 3492):

“No que diz respeito a essas ONGs que atuavam com serviços, assessorias ou apoio aos movimentos populares, Landim (1993) afirma que elas eram mais conhecidas como Centros Populares. A existência dessas organizações revela que nem todas as ONGs nasceram com a intenção de contribuir com o desenvolvimento comunitário, a fim de fazer avançar os países subdesenvolvidos do sistema capitalista, mas sim com o intuito de oporem‐se às injustiças sociais decorrentes daquela conjuntura.”

As ONGs com objetivos mais focados no desenvolvimento comunitário ficaram mais a cargo de instituições religiosas. Machado (2007, p. 3492) diz que:

“Quanto às ONGs mais comprometidas com a orientação cristã ou a promoção social dentro de um viés de modernização da sociedade capitalista, ao contrário daquelas articuladas aos movimentos sociais, tinham sim a intenção de contribuir com o desenvolvimento comunitário, a fim de fazer avançar os países subdesenvolvidos do sistema capitalista, seja amenizando os problemas sociais a partir de uma perspectiva assistencialista e altruísta, seja prestando serviços de utilidade pública.”

Com tais eventos acontecendo, as ONGs alteraram o seu discurso para se adequar à nova realidade imposta. Deixando a ideia de revolução, provinda dos anos 60, para a ideia de democracia dos anos 80.

De acordo com Mattos (2005 apud Machado 2009, p. 3495) as ONGs se afirmam e se popularizam de maneira mais densa a partir da década de 1980 e ganham importância mundial no decênio seguinte, sobretudo após a Eco‐92. Wendhausen (2003 apud Machado 2009, p. 3495) ressalta que:

“[...] esse foi um mega evento que ocorreu no Rio de Janeiro no ano de 1992 e contou com a realização do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, ocupando expressivos espaços na mídia, o que revelou a complexidade e diversidade do universo das ONGs. Coincidência ou não, esse mega evento ocorre no mesmo período em que a política neoliberal começa a ganhar terreno no nosso país.”

Após esse evento, o país já caminhava para o estado de acolhimento das ONGs como um instrumento social, que podem sofrer influência política, através de financiamentos e manobras estratégicas. E as ONGs começaram a desvincular seus objetivos dos movimentos sociais. Segundo Dagnino (2002 apud Machado 2009, p. 3496):

“É preocupante o crescente abandono, por parte das ONGs, de vínculos orgânicos com os movimentos sociais que as caracterizavam em períodos anteriores, pois essa autonomização política as revela mais submissas aos seus órgãos financiadores, entre os quais se encontra o próprio Estado, tornando‐as meras prestadoras de serviços.”

Essas organizações não buscam mais a diminuição do Estado nas ações de cunho social ou o contrário, mas sim cobram do Estado a medidas realizadas em prol de políticas públicas.

Além disso é importante se ater ao fato de que há muitas ONGs que ainda buscam uma posição a favor ou contra o governo, com perfil progressista e/ou engajada em movimentos sociais. Ou seja, não é mais possível definir as ONGs como atuantes e com suas ações direcionadas a apenas um aspecto da sociedade atual, pois estaríamos fazendo uma análise que resultaria bastante contraditória, já que há divergência entre os interesses delas, isso ainda sem considerar o aspecto financeiro.

De modo geral, como não cabe às ONGs agir de forma universalista frente às variadas expressões da questão social e sim ao Estado, elas criaram uma estratégia de ação específica, dão respostas locais a pressões globais (Machado, 2009, p. 3498).

Isso cria uma certa proteção para as ONGs com relação a influência do Estado, pois passam a ter o foco na população em si. E ainda, Machado (2009, p. 3498) ressalta que:

“Com isso, essas organizações têm contribuído com a formação de uma cultura popular cidadã, isto é, uma formação direcionada a organização comunitária, a participação popular, ao desenvolvimento sustentável local, ao controle social e até mesmo a consciência crítica de seus usuários, visto que estes tanto passaram a refletir sobre os problemas sociais locais como a exigir do poder público a garantia de direitos sociais. Entretanto, tal cobrança se restringe ao poder público local e não a organização da vida social como um todo.”

Sendo assim as ONGs passam a convidar a população a se engajarem em movimentos, a princípio, progressistas tendo a necessidade de obter a confiança do cidadão local e popularidade junto a eles para que acolham a missão da organização e façam sua parte para os interesses coletivos propostos sejam possíveis.

Dessa forma, cabe uma análise financeira das possibilidades de sustentabilidade da organização com base nesse aspecto e, principalmente, a influência sofrida pela instituição e a relação com os interesses dos financiadores, além do que é possível fazer para reduzir os efeitos dessa situação.

O próximo tópico trata dos meios de aquisição de capital das ONGs, fazendo uma análise quanto a sua gestão e, em seguida, evidenciando o sistema e funcionamento das doações.

## A sustentabilidade das Ongs

## 3.3 Os sistemas de doações

# Referências

ABONG (1991). **Estatuto Social**. Disponível em: <http://www.abong.org.br/quem\_somos.php>. Acesso em: 13 nov. 2016.

ACIOLI Andréa. **A Explosão das ONGs no Mundo e no Brasil e Seus Reflexos no Espaço Rural Fluminense**. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/acioli\_a.pdf> Acesso em: 13 nov. 2016.

COELHO Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor: Um Estudo Comparativo Entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa comunidade global**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CRUZ Célia Meirelles; ESTRAVIZ Marcelo. **Captação de diferentes recursos para  
organizações sem fins lucrativos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2003.

GLOBAL WEB INDEX. **80% of Internet Users a Smartphone**. Disponível em: <https://www.globalwebindex.net/blog/80-of-internet-users-own-a-smartphone> Acesso em: 13 nov. 2016.

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós‐graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <http://empreende.org.br/pdf/ONG's,%20OSCIP'S%20e%20Terceiro%20Setor/A%20inven%E7%E3o%20das%20ONGs.pdf> Acesso em: 15 nov. 2016.

MACHADO Aline Maria Batista. **O Percurso Histórico das ONGs no Brasil: Perspectivas e Desafios no Campo da Educação Popular**. Tese (Doutorado) - educação, UFPB, Paraíba, 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/5.05.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2016.

TUDE João Martins. **Geração de Recursos Próprios: Uma Análise dos Seus Efeitos na Sustentabilidade de ONGs**. Dissertação (Mestrado) - administração, UFBA, Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/8233/1/22.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2016.

SILVA, Adelmo Ferreira da. **Organizações questionadoras do terceiro setor: discutindo sua autonomia institucional**. 2004. 97 f. Dissertação (Mestrado) - administração, UFBA, Salvador, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9410>. Acesso em: 12 nov. 2016.

1. O Terceiro Setor engloba um conjunto de organizações sociais sem fins lucrativos (associações, fundações, institutos, etc.), presentes desde longa data em nossa sociedade, com atuação voltada ao atendimento das necessidades de segmentos da população e unidas por uma mesma legislação reguladora.A literatura internacional, entretanto, denomina esse agrupamento de diversas maneiras: organizações voluntárias, organizações sem fins lucrativos, organizações não-governamentais (ONGs), terceiro setor (COELHO, 2000, p. 15). [↑](#footnote-ref-0)
2. Segundo Wanderley (1998, apud Machado, 2007, p. 3489), na perspectiva desenvolvimentista desenvolver‐se significa atingir o modelo das sociedades desenvolvidas ou sociedades modernas e crescimento econômico estava fundamentalmente relacionado à aceleração da industrialização que, por sua vez, eliminaria o atraso e a pobreza. Apontava‐se para a possibilidade de mudanças estruturais e por isso uma das metas era mobilizar vários grupos da sociedade para se organizaram em defesa das reformas de base, agrária, urbana, tributária, entre outras. [↑](#footnote-ref-1)